

**A CONSTRUÇÃO DO OUTRO: IMIGRAÇÃO ALEMÃ E INDÍGENAS XOKLENG NA
COLÔNIA HAMÔNIA/IBIRAMA-SC - UM PASSADO PRESENTE**

Carlos Eduardo Bartel
Instituto Federal Catarinense (IFC)
carlos.bartel@ifc.edu.br

Adriano Mafra
Instituto Federal Catarinense (IFC)
adriano.mafra@ifc.edu.br

Resumo: Em 1897, a Sociedade Colonizadora Hanseática fundou uma de suas últimas colônias, a Colônia Hamônia. Vinculada ao município de Blumenau, a nova colônia limitava cada vez mais as áreas ocupadas por povos indígenas *Xokleng* e *Kaingang*. Nas colônias alemãs, a percepção da figura do índio somou-se a tantas outras representações, se os imigrantes eram vistos como símbolo do trabalho, do progresso e da civilização, os indígenas representavam o seu oposto, de forma que conflitos interétnicos ocorreram em termos de violência física e ideológica. A partir de 1914 os *Xokleng* foram aldeados em um Posto de atração criado nas terras da Colônia Hamônia com o objetivo de conter a ameaça indígena e torná-los “civilizados”, visões preconceituosas continuam até os dias atuais. O artigo, utilizando diferentes fontes de pesquisa, analisa essas questões, mostrando entre seus resultados a continuidade desse passado através da reprodução da visão dos colonizadores. Ao considerar a persistência de uma visão negativa sobre indígenas, construída historicamente, evidencia a necessidade de promover maior estudo sobre o tema, combatendo assim, o desconhecimento e a intolerância em relação a esse grupo social, afirmação esta que justifica a presente abordagem.

Palavras-chave: Conflitos Interétnicos – Imigração - Xokleng.

Introdução

O presente trabalho analisa a aproximação e os conflitos entre povos indígenas Xokleng e grupos de colonos, imigrantes europeus e seus descendentes, que a partir do final do século XIX se estabeleceram na Colônia Hamônia, situada no Alto Vale do Itajaí. Os imigrantes passariam a ocupar gradativamente os territórios pelos quais

transitavam os indígenas.¹ Inicialmente, são abordados os conflitos interétnicos transcorridos entre colonos e indígenas a partir da formação da colônia Hansa-Hamônia, apesar dos registros apontarem que já havia um histórico de mais de meio século de conflitos entre ambos. Os embates interétnicos continuariam em dois níveis: através da violência física, levada ao extremo com a contratação de grupos de batedores do mato, conhecidos como bugreiros, que atuavam com o objetivo exterminar os índios, e também discursiva. Se a violência física diminuiu depois do contato pacífico, ocorrido em 1914,² as visões e estigmas que os colonos tinham dos indígenas persistiram, contudo, não se trata de apresentar aqui o discurso pelo discurso, mas sim demonstrar que essa representação serviu para justificar a ação e atos de força dos colonizadores. Mostramos assim, como essas percepções em relação aos indígenas se mantêm em uma continuidade histórica que, através do desconhecimento e do preconceito, liga os atuais habitantes aos primeiros colonos que se instalaram na região.

O início da colônia Hamônia e a questão indígena

Em 1897, a Sociedade Colonizadora Hanseática fundou, no Alto Vale do Itajaí (SC), uma de suas últimas colônias, a Colônia Hansa-Hamônia.³ À época, o referido território pertencia ao município de Blumenau. Nesse momento, acirraram-se os conflitos e agressões recíprocas, e as ações de combate aos Xokleng foram intensificadas, já que a área em questão era historicamente ocupada por diferentes povos indígenas. Conforme relatos de José Deeke, (Diretor da Colônia entre 1909 e 1929), em 1897, o Governo provincial decidiu tomar medidas mais enérgicas, pois nessa época se repetia a ameaça dos bugres, prenunciando o iminente ataque à colônia. Para isso, foram

¹ A pesquisa, realizada no Instituto Federal Catarinense (IFC), contou com o apoio financeiro do *Campus Ibirama/SC* e com o trabalho da bolsista Lauren De Cesaro Nunes, estudante do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio.

² Nesse ano, pela primeira vez, ocorreu um contato amistoso e pacífico entre os Xokleng e representantes do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), encontro denominado popularmente “pacificação”.

³ Faziam parte da colônia recém instalada os territórios dos atuais municípios de Dona Emma, Ibirama, José Boiteux, Presidente Getúlio e Witmarsum.

organizadas “companhias de Batedores do Mato, tanto em Blumenau como também em outras zonas coloniais” (DEEKE, 1995, p. 220).⁴

A região onde foi criada Hamônia era ocupada por povos indígenas – Kaingang e Xokleng - que utilizavam recursos naturais do território, se deslocando para outras regiões em busca de alimentos a depender da estação do ano. Posteriormente, além dos indígenas, o território passou a ser também explorado por colonos, que se estabeleceram na região através de pequenas propriedades rurais, promovendo a derrubada das florestas para a criação de gado, prática da agricultura e comércio de madeira. Assim, com a criação da Colônia, as áreas de alimentação, coleta e caça desses povos indígenas foram sendo gradualmente limitadas e, a partir de então, acentuaram-se os conflitos entre indígenas e colonos, majoritariamente os de origem alemã, italiana e suíça.⁵

Conforme referido, quando Hamônia foi criada, já havia um histórico de agressões entre colonos alemães e indígenas, conflitos esses que ocorriam antes mesmo da fundação de Blumenau, em 1850. Durante esse tempo, os colonos já haviam encontrado diferentes meios para se defender e também para atacar os indígenas, vistos como uma ameaça, como selvagens e como um obstáculo ao desenvolvimento das colônias. Uma das formas encontradas para combater os indígenas foi a contratação de “batedores do mato”, conhecidos como bugreiros, tendo sido Martinho Marcelino de Jesus, vulgo Martinho Bugreiro, seu maior expoente devido a sua fama de exterminar os indígenas. Os bugreiros eram grupos armados formados por particulares que haviam adquirido algum conhecimento do modo de vida Xokleng, que oficialmente serviam

⁴ Utilizamos nesse estudo referências diversas, entre as quais o livro “O Município de Blumenau e a história de seu desenvolvimento” (1995), escrito em língua alemã pelo memorialista étnico José Deeke. A obra, publicada em 1917, enfatiza aspectos diversos da colonização no Vale do Itajaí, sendo seu terceiro capítulo dedicado à “Questão Indígena”. Revela a visão de mundo dos colonizadores no início do século XX, compartilhada também pelo autor do livro. Assim, para evitar anacronismos e não exigir mais do que a obra pode oferecer, por se tratar de um testemunho, é necessário circunscrever muitos dos acontecimentos narrados ao seu contexto histórico.

⁵ De acordo com Peres (2014), na região do Vale do Itajaí, enquadrada no território histórico dos Xokleng, as disputas entre indígenas e colonos se intensificava, sobretudo, entre os meses de setembro e março. Este fenômeno pode ser explicado pela característica nômade dos Xokleng e dos Kaingang, que tinham o pinhão em sua dieta e buscavam coletar esse recurso em áreas do planalto entre os meses de abril e maio, época de amadurecimento das sementes. Essa transferência, aponta Peres, é que faz diminuir os enfrentamentos entre Xokleng e imigrantes nas regiões coloniais próximas ao litoral.

para defender os colonos de ataques indígenas, porém passaram rapidamente a exterminar essas populações. Entre os anos de 1904 e 1912, a ação dos bugreiros adquiriu o “caráter de genocídio, ou seja, passou a realizar-se de maneira sistemática, planejada e financiada com recursos públicos” (SERPA, 2015, p. 65).

Segundo José Deeke (1995, p. 224), “os assaltos multiplicavam-se e os bandidos peles-vermelhas, depois da consumação de um ataque, ainda tinham a petulância de permanecer longo tempo nas imediações, ameaçando os colonos a distância”. Dessa forma, os bugreiros conseguiram, em regiões próximas, “além dos limites de Blumenau, surpreender os selvagens em seu acampamento, matando adultos que não conseguiram escapar, apoderaram-se das crianças e trouxeram-nas para fora da floresta”. Ainda sobre a ação dos bugreiros, em 1972, o antropólogo Sílvio Coelho dos Santos, que estudou exaustivamente os povos Xokleng, entrevistou o bugreiro Ireno Pinheiro, que através de suas memórias, indicou como os índios eram normalmente abordados:

[...] pela boca da arma. O assalto dava ao amanhecer. Primeiro, disparava-se uns tiros. Depois passava-se o resto no fio do facão. O corpo é que nem bananeira, corta macio. Cortavam-se as orelhas. Cada par tinha preço. Às vezes para mostrar a gente trazia algumas mulheres e crianças. Tinha que matar todos. Se não, algum sobrevivente fazia vingança. Quando foram acabando, o governo deixou de pagar a gente. A tropa já não tinha como manter as despesas. As companhias de colonização e os colonos pagavam menos. As tropas foram terminando. Ficaram só uns poucos homens, que iam em dois ou três pro mato, caçando e matando esses índios extraviados. Getúlio Vargas já era governo, quando fiz uma batida. Usei Winchester. Os índios tavam acampados num grotão. Gastei 24 tiros (*apud* SANTOS, 1997, p. 27-28).

As crianças indígenas eram levadas para orfanatos e, algumas eram adotadas por colonos, em um processo popularmente denominado “adoção civilizatória”. As crianças adotadas, arrancadas violentamente de seus familiares e de seu grupo sociocultural, desenvolveram enormes traumas, conforme estudos de Wittmann (2007) e Serpa (2015), entre outros que analisaram casos de crianças Xokleng adotadas.

A situação vivida por indígenas no Alto Vale catarinense se inscreve em um contexto maior de violência e preconceito. No Brasil, de modo geral, as diversas populações indígenas foram divididas em duas categorias pelos colonizadores

portugueses: eram “mansos” ou “selvagens”, sendo permitida a “guerra justa” contra os considerados selvagens. Os Xokleng, ou botocudos, assim chamados pelos europeus, eram “os inimigos por excelência, aqueles para os quais se construíram as imagens mais terrificantes que predominaram até o século XX e justificaram uma política indigenista extremamente agressiva” (ALMEIDA, 2010, p. 66).

Soma-se a essas visões sobre os indígenas a imagem do índio idealizado do passado, isto é, o índio símbolo do Brasil, existente apenas na literatura do período Romântico.⁶ Nas colônias alemãs, essa percepção da figura do índio integrou-se a tantas outras, pois os imigrantes europeus, brancos e cristãos que vieram para o Brasil eram vistos como símbolo da ordem, do trabalho, do progresso e da civilização. Os indígenas, por sua vez, representavam exatamente o contrário, sendo rotulados como símbolos do atraso, da desordem e barbárie. Dessa forma, os imigrantes desprezaram os índios a partir de seus referenciais, gerando dicotomias: civilizado/selvagem, moderno/atrasado, ordem/desordem, trabalhador/preguiçoso, entre outras classificações. Ou seja, “o outro é reconhecido apenas em oposição a quem constrói o argumento” (WITTMANN, 2007, p. 26).

Nesse sentido, desde o início da ocupação da região de Blumenau, ou seja, antes da criação da colônia Hamônia, os povos indígenas, chamados genericamente de “bugres”, termo que os desumanizava, que os tornava meio homem, meio fera, foram retratados, por colonos, Sociedade Colonizadora, governos estadual e federal através dos adjetivos “bugres”, “índios” e “selvagens”. Por vezes, eram descritos em documentos da época como “bandidos”, “assassinos” e “incivilizados”, entre tantos outros rótulos pejorativos.

Essa imagem negativa criou um arcabouço ideológico para justificar o extermínio dos indígenas considerados não assimiláveis. Algumas dessas denominações ainda são

⁶ Nos oitocentos, o anseio por manifestar na literatura a originalidade da jovem nação brasileira e suas diferenças em relação ao cânone herdado de sua pátria-mãe fez com que os autores românticos apostassem na figura do índio – o habitante mais primitivo e mais autêntico do país – como figura central. Assim, a estética indigenista assume a inspiração de fundar em um passado mítico e distante a nobreza do Brasil do Segundo Império (BOSI, 1994).

correntes, sendo os indígenas chamados também de botocudos, Awikoma e Xókren. Vale registrar que muitas dessas denominações foram utilizadas “por pesquisadores e alguns colonizadores e não são aceitos pelos Laklãnõ/Xokleng por não se reconhecerem” através delas, que além de abrir espaço para confundi-los com outras etnias, foram adotadas “de maneira agressiva/pejorativa” (FERMINO, 2013, p. 2).⁷

Essa percepção dos indígenas, de acordo com as teorias raciais do século XIX, serviu para desumanizá-los e para criar um ser humano de segunda categoria, um desajustado, indesejado por aqueles que seguiam valores civilizatórios importados da Europa. Os bugres eram assim retratados como sujos, desordeiros, como aqueles que estavam fora do lugar, impedindo o progresso e a modernização. Dessa forma, o conflito, para além das agressões e extermínio físico, ocorreu também no campo ideológico que justificava esse extermínio, sendo assim criadas versões para justificar a ação perpetrada pelos colonizadores aos Xokleng no Vale do Itajaí. Essas versões, intensamente compartilhadas socialmente, eram difundidas através da publicação de obras escritas por descendentes alemães e igualmente em inúmeras matérias veiculadas em diferentes periódicos da imprensa catarinense no início do século XX. Sobre isso, a pesquisadora Rosilene Maria Alves, em sua dissertação de Mestrado intitulada “Se mostram de novo os bugres” (2000), evidenciou a desproporcionalidade das publicações de notícias relatando casos de violência entre índios e colonos. Enquanto os ataques de bugreiros contra os indígenas eram omitidos, amenizados ou simplificados, os ataques indígenas contra os colonos, por sua vez, rendiam inúmeros desdobramentos, “não poupavam descrições aterradoras, imprimindo a imagem do selvagem” (ALVES, p. 57). O discurso acerca dos indígenas servia para justificar tanto as ações já perpetradas contra os Xokleng, quanto as ações que viriam a se realizar.

Por quase duas décadas, esse foi o panorama da colônia Hamônia, em que agressões mútuas entre colonos e indígenas, mortes, medo e violência faziam parte do seu dia-a-dia. Não por acaso a pacificação dos indígenas em 1914 foi considerada por

⁷ Por este motivo, utilizamos neste estudo o termo “Xokleng”, consagrado entre os pesquisadores e aceito por esses povos indígenas, que se auto identificam através de outras denominações.

contemporâneos como um dos maiores feitos do processo colonizador. Durante os anos seguintes, notícias que descreviam em detalhes o episódio do contato amistoso com os indígenas foram publicadas em periódicos de diferentes localidades do Vale do Itajaí e também na capital Florianópolis. A pacificação dos indígenas, registrada na memória coletiva dos habitantes do Alto Vale, igualmente, deu notoriedade ao agente do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e protagonista do contato, Eduardo de Lima e Silva Hoerhann. Por seu feito, Hoerhann foi homenageado ainda em vida, tendo o Museu Histórico Municipal de Ibirama, criado em 1968 através da Lei n.º 551, recebido o seu nome. Falecido em 1976, em seu túmulo, um monumento com a lápide em forma de ponta de flecha, consta a inscrição “Kathangara” (madeira muito resistente, oriunda da árvore da sucupira e da qual os Xokleng faziam seus artefatos), que era como os índios o chamavam. O sepulcro está localizado no Cemitério Municipal, sendo considerado também um ponto turístico da pequena cidade catarinense.

A diminuição das agressões físicas e ambiguidades da “pacificação”

A situação dos conflitos se agravou a partir de 1908, quando o genocídio impetrado aos povos indígenas do Brasil foi denunciado no *XVI Congresso Internacional de Americanistas*, em Viena, fato que contribuiu para a criação, em 1910, do Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI/LTN), por meio do decreto n.º 8.072. Os conflitos continuaram até 1914, quando os Xokleng foram “pacificados” e recebidos no Posto de atração, depois denominado Reserva Indígena Duque de Caxias. A reserva foi criada em terras da Colônia Hamônia, cedidas pela Sociedade Colonizadora para tal propósito, e reuniu também grupos indígenas Kaingang e Guarani. O objetivo estava centrado em tornar esses grupos sedentários, ensiná-los a cultivar, dar-lhes noções de propriedade e civilizá-los através do trabalho. Ou seja, “transformar gradualmente o índio em civilizado para inseri-lo no trabalho e na sociedade nacional era entendido como uma ação necessária, porém difícil, que

demandava um rigor metodológico, em que o contato era sistematizado em fases progressivas” (BERGAMASCHI, 2009, p. 404).

De acordo com a versão dos colonizadores, as populações indígenas haviam sido pacificadas, porém, o mesmo não aconteceu na Colônia Hamônia. Na década de 1930, o poder político regional era disputado pelas oligarquias Konder e Ramos, e estes, ao assumirem o governo do estado catarinense, dividiram o território de Blumenau, visando enfraquecer o reduto de seus opositores e cooptar novos aliados. Nesse contexto, em 1934 a Colônia Hamônia foi desmembrada de Blumenau e teve seu nome alterado para Dalbérgia. O desmembramento e o novo nome da colônia desagradaram os dirigentes da Sociedade Colonizadora Hanseática, que repudiaram os dois atos. Bruno Meckien, diretor da Sociedade que havia substituído José Deeke, “criticou asperamente o fato de ter-se dado ao novo município o nome de Dalbérgia, que seria o ‘nome da filha mais velha do cacique dos bugres Eduardo de Lima e Silva Hoerhann’” (COSTA; SECCHI, 2011, p. 68).

Em maio de 1935, o município novamente passou a se chamar Hamônia, alterando novamente seu nome para Ibirama em 1943 devido à Campanha de Nacionalização, desta vez sem nenhuma contestação dos dirigentes municipais. Ibirama, uma palavra de origem indígena tupi-guarani, que significa terra da fartura, foi escolhida para atender a normativa nacionalista e, acabou servindo para realçar a imagem da Colônia e de seus habitantes como uma população de caráter pacífico e conciliador, apagando, amenizando, silenciando e ressignificando assim um passado de conflitos entre colonos e indígenas. Teria sido essa uma estratégia de apagamento dessa memória de conflitos e extermínio? Os termos “conflitos”, “extermínio” e “genocídio”, sem dúvidas, são um fardo pesado para a história de uma população que se auto-intitula “ordeira” e “trabalhadora”, que se orgulha de suas origens e de seu passado. Um nome indígena, mais do que cumprir uma norma legal imposta pelo governo varguista, criou uma imagem amistosa que corrobora ao termo “pacificação”, usado de modo recorrente na região. O nome Ibirama se encaixa em um contexto idealizado onde impera o respeito a diversidade. Não por acaso, em 1968, o governador do estado Ivo Silveira

inaugurou em Ibirama o monumento “do pioneiro e do índio”, com imagens dos imigrantes e dos indígenas. O monumento, localizado na Praça José Deeke, aproxima de modo idealizado os dois grupos.

Cabe ainda referir que Eduardo Hoerhann, casado com Francisca do Anjos, uma descendente indígena, inúmeras vezes entrou em atrito com os dirigentes da Sociedade Colonizadora por defender os interesses dos Xokleng. Segundo Santos (1997, p. 59), “foi ele quem assegurou junto ao governo do Estado, em 1926, as terras que hoje integram a área indígena” de José Boiteux. No final de sua vida, “o pacificador” se lamentava, dizendo que “o papel do SPI era o de engordar o sapo para a cobra comer, isto é, submeter o indígena para servir a sociedade dominante”.

Diferentes estudos mostram que as ações de Eduardo Hoerhann foram ambíguas e contraditórias, se por um lado ajudou a defender os agrupamentos indígenas aldeados, por outro, deu os primeiros passos no sentido de promover a aculturação desses índios, pois mesmo que essas ações tivessem suas justificativas, elas contribuíram para transformar a cultura dos indígenas. Eduardo Hoerhann obrigava os índios a saírem das matas para evitar a ação dos bugreiros, a usar roupas para viver em sociedade, a praticar agricultura para se autossustentarem, a pararem com a cremação dos mortos e com a perfuração dos lábios para uso do botoque, por questões sanitárias e de saúde. Nos anos 1950, o SPI, representado por Eduardo Hoerhann, fazia a mediação entre a Reserva Indígena Duque de Caxias e os interesses econômicos regionais:

Havia uma grande pressão por parte dos madeireiros locais e colonos sobre as florestas e terras destinadas aos índios. Eduardo Hoerhann mantinha uma postura ambígua. Ao mesmo tempo em que ajudou o processo de colonização, mantendo os Xokleng à força dentro da TII, utilizando cercas e forças armadas – com vários episódios de violência e truculência de sua parte diante dos Xokleng –, a sua formação romântica perpassava pelo preservacionismo ambiental e proteção dos índios dos males da civilização, gerando desagrado entre colonos, políticos e madeireiros interessados na Terra Indígena (WIJK, 2010, p. 34).

Igualmente, a partir da década de 1950, ocorreu a conversão de muitos Xokleng à religião pentecostal Assembleia de Deus (questão que repercute até os dias atuais). Nos

anos 1920, a Igreja Católica iniciou um processo de cooptação dos Xokleng aldeados, porém tal ação não teve o apoio do SPI. Desde então, aumentaram casos de violência e alcoolismo envolvendo os Xokleng que entravam em contato com o mundo do homem branco. Dessa forma, a presença da Igreja Assembleia de Deus foi bem vista pelo SPI, como uma forma de conter os excessos praticados pelos indígenas. Em março de 1953, o missionário Davi Ramos se mudou com sua esposa para o Posto Indígena Duque de Caxias, onde permaneceu por dois anos, e nesse período foi erguido o primeiro templo da Igreja no centro da aldeia. Ao partir, no final do ano de 1955, Ramos designou um indígena para ficar no seu lugar frente aos trabalhos da Assembleia de Deus. Nesse contexto, os indígenas vinculados ao pentecostalismo se envolveram com a política do SPI para a aldeia, o que culminou, em agosto de 1954, no assassinado de Lilí Priprá, líder evangélico da aldeia e filho do cacique Jangó, e no afastamento de Eduardo Hoerhann do SPI.

Lilí tornou-se influente entre seus pares com a presença cada vez maior do fenômeno pentecostal entre os Xokleng. Ele era tido como o que melhor lia e interpretava a bíblia, além de se tornar consagrado pregador em pouquíssimo tempo. Em agosto de 1954, Lilí foi escolhido representante dos Xokleng para ir ao Rio de Janeiro ter uma audiência com o Presidente do SPI, com o fito de denunciar os maus tratos que vinham sofrendo por parte de Hoerhann, assim como delatar o desvio de verbas federais destinadas ao Posto e ao grupo. Dentro de poucos dias, Lilí retornou a TII [Terra Indígena de Ibirama] com uma carta do presidente do SPI ordenando a exoneração de Hoerhann. Em 24 de agosto de 1954, o corpo de Lilí foi encontrado às margens do rio Hercílio, transpassado por vários tiros de revólver. Poucos meses após seu assassinato Hoerhann foi preso (WIJK, 2010, p. 35).

Anos depois, Hoerhann, já afastado do SPI, foi inocentado pelo crime e se aposentou, “seus últimos anos de vida foram tristes. Vivia marginalizado pelos índios, pelos funcionários do SPI/FUNAI e pelos regionais. Apesar das suas posições ambíguas [...]”, não há dúvidas “de sua dedicação à causa indígena e aos Xokleng” (SANTOS, 1997, p. 59).

Em 1965, o Posto Indígena Duque de Caxias foi oficialmente demarcado e em 1975 recebeu seu nome atual, Terra Indígena Ibirama (TII), sendo o uso do termo

“reserva” considerado inapropriado pelos indígenas. Na década de 1970, as populações aldeadas passaram por novas vicissitudes e dificuldades, como a construção da Barragem Norte, que deixou profundas sequelas na TII, e seus efeitos são sentidos até os dias de hoje.

A percepção dos indígenas no Alto Vale, um passado presente

Em 1856, pouco tempo após a criação de Blumenau, o Presidente da Província de Santa Catarina, João José Coutinho, abordou a questão indígena, afirmando estar “convicto que somente procedimentos drásticos conseguiriam remediar esse mal”, pois “os bárbaros”, que não poupavam mulheres nem crianças, “só se ocupavam em roubar e assaltar os colonos em emboscadas”. Por isso, nunca poderiam “ser tratados com bondade e condescendência”, isso apenas os encorajaria em seu “barbarismo - com grande prejuízo para a civilização”. Para o Presidente da Província, mais fácil seria “arrancar os selvagens à força das florestas e colocá-los em lugar de onde não possam escapar”. Desta maneira, os colonos e agricultores se veriam livres “desses assassinos e pelo menos dos filhos desses bárbaros faríamos cidadão úteis” (apud DEEKE, 1995, p. 219).

Ainda que houvessem percepções dissonantes, - que defendiam os indígenas alegando que “os civilizados” não poderiam tratar os selvagens de forma “incivilizada”, estes, grosso modo, propunham a adoção civilizatória, a conversão das populações indígenas ao cristianismo e o ensino dos valores da civilidade, como bem mostrou Luisa Wittmann na obra “O vapor e o botoque” (2007), - a perspectiva defendida pelo Presidente da Província em meados do século XIX era hegemônica no Vale do Itajaí no início do século XX.

A herança dessa visão compartilhada pelos colonizadores no século XIX e início do XX ainda é sentida socialmente hoje em dia. Basta conversar com os cidadãos para perceber visões distorcidas e o desconhecimento sobre essa história. De maneira geral, não se sabe exatamente quem são as populações indígenas do Alto Vale, sabe-se que

são índios, o termo bugre também é corrente, e que estão lá na “reserva” de José Boiteux.

Talvez não seja exagero dizer que as palavras “descaso” e “indiferença” ajudam a compreender a trajetória da Terra Indígena Ibirama. Exemplo disso é o episódio da construção da Barragem Norte no atual município de José Boiteux, onde está localizada a Terra Indígena. Trata-se de uma das três barragens que controlam o forte fluxo de água que entra no Rio Itajaí-Açu e que tem a função de minimizar a quantidade de água que chega às cidades do Vale do Itajaí em épocas de grande quantidade de chuva na região. A obra, que teve início em 1972, foi concluída vinte anos depois. Com a barragem, os indígenas passaram a sofrer com enchentes, impactos ambientais, socioculturais e psicológicos. Estima-se que 650 famílias da Terra Indígena Laklãnõ/Xokleng, em torno de quase 3 mil pessoas, foram afetadas.⁸

Em 1978, os indígenas sentiram pela primeira vez os danos causados pela barragem, tiveram suas casas inundadas, perderam suas roças e animais. Em consequência disso, reivindicações foram feitas junto a FUNAI e ao DNOS (Departamento Nacional de Obras e Saneamento), órgão responsável pela obra (SANTOS, 1997). A luta por reparação devido aos danos causados pela barragem e a reivindicação por indenização dos prejuízos persiste até hoje em dia. Contudo, esses problemas parecem não ser considerados por parte das autoridades e da população local que vive nas regiões próximas à barragem, ainda que seguidamente promessas de solucionar o problema sejam feitas. Nesse contexto, dependendo da circunstância, o descaso logo se transforma em indiferença, sendo por vezes o silêncio rompido, revelando o desconhecimento e visões preconceituosas em relação aos povos indígenas de modo geral e aos habitantes da Terra Indígena de Ibirama, em específico.

Selecionamos uma amostragem representativa dessas manifestações em relação aos indígenas para exemplificar os apontamentos de nosso estudo. Assim, através de

⁸ Ver sobre isso o Manifesto em defesa da luta do povo Laklãnõ/Xokleng contra os impactos da Barragem Norte. *Conselho Indigenista Missionário*, jun. 2017. Disponível: <https://cimi.org.br/2017/06/39642/>. Acesso em: 18 fev. 2019.

uma rápida consulta sobre a questão indígena nas redes sociais, é possível encontrar em profusão comentários e opiniões semelhantes aos que apresentaremos a seguir, por tal motivo, não estenderemos demasiadamente os exemplos. Com isso, temos como propósito evidenciar a continuidade histórica (objetivo de nosso estudo), mostrando como o discurso do presente se liga com o do passado a partir do desconhecimento e do preconceito, ou seja, como o discurso hegemônico dos colonizadores persiste em relação às populações indígenas.

Em 30 de maio de 2017, o *Jornal de Blumenau* publicou em sua página do *Facebook* a notícia com a seguinte manchete: “Exército e PF podem intervir para liberar a barragem de José Boiteux”.⁹ A barragem havia sido ocupada por indígenas que desejavam o cumprimento de acordos para solucionar os problemas causados pela obra. Os comentários feitos sobre a notícia contribuem para reforçar a persistência de um passado histórico que irrompe nas mínimas situações. Em meio a tantas postagens são encontrados muitos comentários, a grande maioria, com o seguinte teor: “Tava na hora do governo tomar as rédeas com esta cambada de vagabundos trocaram toda madeira por cachaça e sempre querem mais”; “tem que dar uns tapas nesses índios vadios e tirar eles dela”; “sempre falo, índio só dá prejuízo ao país. O racinha de lixo”; “Lugar de índio e no mato em ócas...Não em barragem”; “O exército tem q ir la e botar esses vagabundos pra correr!!”; “Esses Vagabundos já deveriam ter sido expulsos de lá a muito tempo”; “Que índios? Faz tempo que não existe mais índios ai!!! Desde quando índio tem carro financiado e anda com iPhone?”; entre outros semelhantes.¹⁰ Este último comentário, em especial, vai ao encontro do que argumenta Fermينو (2013, p. 4), ao mostrar que “para os Laklãñō/Xokleng os descendentes de imigrantes (pessoas que vivem no centro do município de José Boiteux ou em cidades limítrofes) têm dificuldade de aceitar que os indígenas estejam usando roupas e usem a tecnologia a seu favor.

⁹ Exército e PF podem intervir para liberar a barragem de José Boiteux, *Jornal de Blumenau*, maio 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/seujornaldeblumenau/posts/806077239548276>. Acesso em: 18 fev. 2019.

¹⁰ As inconsistências gramaticais e ortográficas foram mantidas nos comentários.

A população indígena é assim percebida como não integrada socialmente e seus indivíduos são vistos genericamente como dissimulados que se valem de uma identidade não mais existente para obtenção de benefícios. Nos 155 comentários, palavras como “preguiçosos” e “vagabundos”, entre outros adjetivos pejorativos, aparecem de modo recorrente. Da mesma forma, a precariedade da barragem causada pela falta de manutenção e descaso de inúmeros governos é apresentada como um problema causado pelos índios, que na visão de muitos, depredam o maquinário da barragem. Em um desses comentários, por exemplo, é dito que os índios “já devem ter quebrado os registros, são vândalo”. Outro leitor daquele jornal comentou que “se acontecer algum desgracia por causa desses índios vagabundos todos devem ser responsabilizados por crime”. Alguns poucos comentários defenderam os índios, mas como no passado, podemos afirmar que a visão hegemônica contrária aos indígenas prevaleceu.

Considerações finais

O presente trabalho, ao analisar o contato interétnico entre colonos e indígenas Xokleng, mostrou, a partir de bibliografia diversa, relatos de imigrantes e outras fontes, como os desdobramentos de um passado de tensão e conflitos são sentidos até os dias atuais, incidindo na percepção que a população local tem dos povos indígenas.

Procuramos, assim, fugir dos lugares comuns, isto é, de apresentar os indígenas a partir da visão oficial na região ou como vítimas passivas da violência. Aos indígenas coube buscar alternativas e estratégias no sentido de preservar sua identidade étnica. Igualmente, esses povos se mobilizam politicamente para controlar a Terra indígena Ibirama, para reivindicar o cumprimento de acordos ou para criar um discurso que mostra outra versão que não a do colonizador. O estudo propôs, assim, trazer esses povos indígenas para a condição de sujeito histórico por um lado, pois no Alto Vale catarinense, denominado Vale Europeu, a figura do indígena, na maioria das vezes, é

invisibilizada ou idealizada, o que também contribui para sua invisibilização. E quando adquire certa visibilidade, isso ocorre de forma pejorativa.

Ao olhar além das praças e da toponímia local onde hoje se encontram os municípios que formaram a Colônia Hamônia, o presente estudo evidenciou a persistência de uma visão negativa dos indígenas, construída historicamente no Brasil, e no caso específico, em uma zona de colonização alemã. Ao mostrar a visão que muitos dos atuais habitantes têm dos indígenas, evidenciados por meio de comentários agressivos e/ ou ofensivos na matéria do *Jornal de Blumenau*, o estudo demonstrou que a percepção que se tinha dos indígenas na passagem do século XIX para o século XX se liga aos atuais habitantes da região através do desconhecimento, do silêncio, da violência e do preconceito, estabelecendo assim um processo de continuidade histórica em relação à percepção que se tem dos indígenas.

Dessa forma, a herança da visão compartilhada pelos colonizadores no século XIX e início do XX, sobre os povos autóctones ainda se mantém nos dias de hoje. Basta conversar com os cidadãos da região ou pesquisar rapidamente nas redes sociais para perceber o desconhecimento sobre a história dos indígenas. Os atuais habitantes do Alto Vale não sabem exatamente quem são os índios da Terra Indígena, sabem que são índios, os bugres ou botocudos, e que eles estão lá na Reserva, ocupando a terra que “ganharam”. Portanto, é necessário e urgente promover e divulgar pesquisas e estudos sobre os indígenas da região, proporcionando o conhecimento, a compreensão e informações sobre esses povos. Assim, concorre-se para a superação do desconhecimento aqui apresentado, da intolerância e do preconceito em relação aos povos indígenas, questões que por si só justificam importância da presente abordagem.

Referências

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

ALVES, Rosilene Maria. “*Se mostram de novo os bugres*”. Abordagens da imprensa catarinense sobre o indígena (1900-1914). (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, Florianópolis/SC, 2000.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Educação escolar indígena no século XX: da escola para índios à escola específica e diferenciada. In: BASTOS, Maria Helena Camara; STEPHANOU, Maria (Orgs.). *Histórias e memórias da Educação no Brasil, vol. III: Século XX*, p. 401-415, 3ª Ed., Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

BOSI, Alfredo. *História concisa da Literatura Brasileira*. 35ª Edição rev. São Paulo: Cultrix, 1994.

COSTA, Alberto Coelho Gomes; SECCHI, Nelson (Coord.) Hansahöhe: o espírito do camponês, o júbilo do médico, o tormento do prisioneiro e outras histórias ao redor de sua construção. Ibirama/SC: Edigrave, 2011.

DEEKE, José. *O Município de Blumenau e a história de seu desenvolvimento*. Blumenau: Nova Letra, 1995.

Exército e PF podem intervir para liberar a barragem de José Boiteux. *Jornal de Blumenau*, maio 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/seujornaldeblumenau/posts/806077239548276>. Acesso em: 18 fev. 2019.

FERMINO, Antonio Luis. *Histórias, conflitos e contatos entre os Laklãnõ/Xokleng e não indígenas*. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História, Natal/RN, julho de 2013. p. 1-16. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/site/anaiscomplementares>. Acesso em: 22/02/2019.

Manifesto em defesa da luta do povo Laklãnõ/Xokleng contra os impactos da Barragem Norte. *Conselho Indigenista Missionário*, jun. 2017. Disponível: <https://cimi.org.br/2017/06/39642/>. Acesso em: 18 fev. 2019.

PERES, Jackson Alexandro. *Entre as matas de araucárias: cultura e história Xokleng em Santa Catarina (1850-1914)*. Recife: Editora UFPE, 2014.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Os índios Xokleng: memória visual*. Florianópolis: Editora da UFSC; Itajaí: Editora da UNIVALI, 1997.

SERPA, Ivan Carlos. *Os índios Xokleng em Santa Catarina: uma abordagem a partir da relação pesquisa, ensino e extensão no Instituto Federal Catarinense*. Blumenau: IFC, 2015.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

WIIK, Flavio Braune. “*Somos Índios Crentes*”: *dialéticas do contato, alteridade e mediação cultural entre os Xokleng (Jê) de Santa Catarina*”. *Tellus*, p. 11-51, Campo Grande/MS, ano 10, n.19, jul./dez. 2010.

WITTMANN, LuisaTombini. *O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926)*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.